

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA



CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARIANA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

O presente documento tem como objetivo a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E ITENS DESCARTÁVEIS** para o controle higiênico – sanitário nas cozinhas das unidades escolares e prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Mariana.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.2. Tipo de licitação: Menor preço por item.

OBS: classificação do objeto: Consumo

1.2.2. Condição de Serviço/Bem comum: Os bens a serem adquiridos são bens comuns.

1.2.3. Serviço contínuo: sim, uma vez que fazem parte do controle higiênico-sanitário das unidades escolares e devido à rotina de limpeza e higienização permanente

2. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição de materiais de limpeza, higiene e uso descartável, descritos nesse Termo de Referência, destina-se a suprir as necessidades das cozinhas das unidades escolares e prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Mariana, garantindo a manutenção dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente, incluindo normas da Vigilância Sanitária e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O fornecimento contínuo e adequado de insumos como detergentes, sabões, desinfetantes, escovas, panos, luvas, sacos de lixo, papel higiênico, papel toalha, lixeiras, entre outros, é imprescindível para a prevenção de contaminações, manutenção da salubridade dos ambientes de preparo e distribuição de alimentos, além de promover a segurança e a saúde de estudantes, profissionais da educação e demais colaboradores.

Além disso, os itens de uso descartável, como toucas, copos, bobinas plásticas e sacos plásticos, são de uso rotineiro e imprescindível, contribuindo para a adoção de boas práticas de manipulação de alimentos, conforme exigido pelos órgãos de controle e fiscalização. Esses materiais possibilitam o descarte seguro de resíduos, o acondicionamento higiênico de alimentos e a proteção individual dos servidores.

A diversidade e a especificidade dos itens listados atendem às demandas diárias de funcionamento das cozinhas escolares, de modo a assegurar ambientes limpos, organizados, e compatíveis com um serviço público de qualidade. Ressalta-se ainda que a indisponibilidade desses materiais compromete diretamente a qualidade da merenda escolar, o cumprimento de rotinas de limpeza e a segurança alimentar no ambiente educacional.

A necessidade de adquirir materiais de limpeza e descartáveis surge como uma demanda essencial para garantir a manutenção de um ambiente higienizado, seguro e funcional. Este requerimento não só se alinha às práticas recomendadas de saúde pública, mas também promove uma atmosfera propícia ao bem-estar e à produtividade de todos os envolvidos.

Os referidos produtos são necessários para manutenção da organização, higiene e limpeza dos espaços físicos das escolas, creches e prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

Desta forma, torna-se uma medida estratégica que se alinha com os objetivos de saúde, segurança, eficiência operacional e responsabilidade social da organização. Garantir a disponibilidade desses recursos é fundamental para sustentar um ambiente de trabalho de alta qualidade, contribuindo para o sucesso geral e a sustentabilidade da instituição. A aquisição ora justificada é de natureza emergente e contínua, tendo em vista o caráter de consumo diário e rotatividade elevada dos produtos, tornando-se essencial à manutenção das atividades pedagógicas e alimentares nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Essas especificações visam suprir as demandas de toda a Rede de Ensino Municipal, englobando tanto as unidades que proporcionam ensino regular quanto os edifícios auxiliares dedicados aos alunos em regime de Tempo Integral. As quantidades dos materiais foram estimadas com base no histórico de consumo dos últimos 12 meses, considerando a média mensal por unidade e o número total de unidades atendidas (escolas, creches e prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação). Também foram levados em conta o número de usuários por local, a frequência de uso de cada item, o período de vigência do contrato e uma margem de segurança para suprir eventuais aumentos de demanda ou imprevistos. Esse critério visa garantir o atendimento contínuo e eficiente das necessidades sem gerar excessos ou desperdícios.

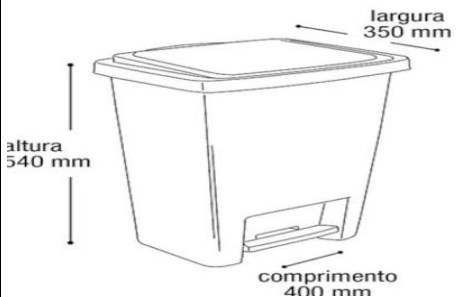
ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO
1	4.500	UNIDADE	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO 500 ML - com ação desinfetante, embalagem com; para limpeza e remoção de gorduras de pias, banheiros, cozinhas, azulejos, plásticos, esmaltados, fogões, vidros, espelhos e outros; composição; alquil benzeno sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvante, sequestrante, fragrância e água, com validade 2 anos; embalado em frasco plástico; a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.
2	2.400	KG	SABAO EM PO 1KG - alto rendimento; para remoção de manchas em tecidos; composto de alquil benzeno sulfonado, enzimas coadjuvantes, sequestrante, alcalinizante, branqueador óptico, corantes, tensoativo biodegradável; embalagem resistente contendo 1 quilo; rótulo com número do lote, fórmula, data de fabricação e validade. O produto deverá possuir registro/notificação da ANVISA. Validade 2 anos.
3	3.100	GALÃO	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO PARA MÃOS Ação antimicrobiana – bactericida e germicida Perolado e sem perfume Pronto uso. Indicado e utilizado na higienização da pele. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência lote, data de fabricação, data de validade, composição e registro de Ministério da Saúde de acordo com a Resolução da ANVISA nº 343/05. Apresentar ficha técnica e boas práticas de fabricação junto com as amostras. Conteúdo: galão de 5 litros.
4	7.500	UNIDADE	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% Pronto uso. Indicado e utilizado na higienização e desinfecção de áreas hospitalares administrativas, semicríticas e para desinfecção de alimentos. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência, lote, data de fabricação, data de validade, composição e registro de Ministério da Saúde e instruções de diluição para desinfecção de frutas, verduras e legumes. Apresentar ficha técnica e boas práticas de fabricação junto com as amostras. Conteúdo: Embalagem de 1 litro.


5	21.600	UNIDADE	DETERGENTE LAVA LOUÇAS - NEUTRO Ser biodegradável. PH neutro Embalagem de plástico transparente e com bico dosador. Deve conter informações como a procedência, lote, data de fabricação, data de validade, composição e registro no Ministério da Saúde. Conteúdo: 500 ml. Similar a marca Ypê, Limpol
6	3.500	UNIDADE	LIMPA VIDROS 500 ML Ação anti-estática. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência, lote, data de fabricação, data de validade, composição e registro no Ministério da Saúde. Conteúdo: 500 ml.
7	6.500	UNIDADE	ESPONJA DUPLA FACE ANTIBACTÉRIAS Dimensão: 100mm x71mm x18mm Composição: lado amarelo - Espuma de poliuretano bactericida; lado verde - fibra sintética abrasiva.
8	3.000	UNIDADE	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA Material: plástico Composição: polipropileno. Cerdas sintéticas e cabo anatômico para encaixe das mãos.
9	6.000	UNIDADE	FLANELA PARA LIMPEZA Cor: branca Tecido: 100% algodão Textura: lisa Dimensão: 38x58cm
10	14.000	UNIDADE	PANO DE CHÃO Pano para limpeza tipo saco, forte, grosso, com alta absorção. Tecido cru "A", 100% algodão. Dimensão: 55x80cm
11	3.000	UNIDADE	RODO DE ALUMÍNIO Material: cabo e base em alumínio Tamanho: 60 cm Comprimento do cabo: 1,58m de alumínio, anodizado e com ponteira. Borracha natural expandida dupla, injetados em polipropileno

12	5.000	PAR	LUVA NITRÍLICA M Palma antiderrapante, formato anatômico, 32cm de comprimento, 0,38mm de espessura. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência, lote, data de fabricação, data de validade e composição. Tamanho: Médio
13	7.000	PAR	LUVA NITRÍLICA G Palma antiderrapante, formato anatômico, 32cm de comprimento, 0,38mm de espessura. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência, lote, data de fabricação, data de validade e composição. Tamanho: Grande
14	50.000	PACOTE	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 60M Composição: 100% celulose virgem Cor: branca Textura: macia Forma: picotado Apresentação: pacote com 04 rolos
15	15.000	PACOTE	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO Composição: 100% celulose virgem Absorvente, cor branca, 2 dobras Dimensão da folha: 20 cm x 21 cm Textura: macia Apresentação: pacote com 1000 folhas
16	4.000	PACOTE	SACO DE LIXO PARA RESÍDUOS COMUM – 110 L Grupo D Capacidade: 110 litros Medidas: 80x100 cm Cor: azul / preto Apresentação: pacote com 100 unidades. Apresentar juntamente com as amostras o laudo de laboratório acreditado ao INMETRO contendo a massa/peso que comprove o cumprimento integral a ABNT NBR 9191:2008.

17	4.500	PACOTE	SACO DE LIXO PARA RESÍDUOS COMUM – 50L Grupo D Capacidade: 50 litros Medidas: 63x80cm Cor: azul/preto Apresentação: pacote com 100 unidades. Apresentar juntamente com as amostras o laudo de laboratório acreditado ao INMETRO contendo a massa/peso que comprove o cumprimento integral a ABNT NBR 9191:2008.
18	2.500	PACOTE	SACO DE LIXO PARA RESÍDUOS COMUM – 30L Grupo D Capacidade: 30 litros Medidas: 59x62cm Cor: azul/preto Apresentação: pacote com 100 unidades. Apresentar juntamente com as amostras o laudo de laboratório acreditado ao INMETRO contendo a massa/peso que comprove o cumprimento integral a ABNT NBR 9191:2008
19	6.000	UNIDADE	VASSOURA DE PIAÇAVA Cerdas em piaçava nº 03 Tamanho: 30cm Comprimento do cabo: 1,20m de madeira.
20	3.000	UNIDADE	VASSOURA DE PELO SINTETICO 30 CM Vassoura de pelo sintético, medindo aproximadamente 30 cm, cabo em madeira com revestimento e com sistema de encaixe em rosca; resistente, para limpeza pesada, aproximadamente 130 tufos.
21	5.000	GALÃO	DESINFETANTE LÍQUIDO DE QUATERNÁRIOS DE AMÔNIO E BIGUANIDA – USO HOSPITALAR/ ASSISTÊNCIA À SAÚDE Desinfetante de Nível Intermediário – Quaternários de 5ª geração. Ação bactericida e germicida. Pronto uso. Indicado e utilizado na desinfecção de superfícies fixas em estabelecimentos de assistência à saúde. Apresentar em sua composição: Água, Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio, Cloreto de Didecil Dimetil Amônio, Polihexametileno Biguanida e Tensoativo Não-Iônico. Eficácia comprovada contra: Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Pseudomona aeruginosa, Escherichia coli, Trichophyton mentagrophytes, Candida albicans, Mycobacterium smegmatis e Mycobacterium bovis. Fórmula sem corante e sem álcool. Não irritante para olhos, mucosas e pele. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência, lote, data de

			<p>fabricação, data de validade, composição e registro no Ministério da Saúde.</p> <p>Conteúdo: galão de 5 litros</p>
22	13.800	UNIDADE	<p>ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70% - USO HOSPITALAR/ ASSISTÊNCIA À SAÚDE</p> <p>Pronto uso. Indicado para uso hospitalar, na desinfecção de superfícies fixas. Rótulo impresso na própria embalagem. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência, lote, data de fabricação, data de validade, composição e registro no Ministério da Saúde.</p> <p>Conteúdo: Embalagem de 1 litro.</p>
23	5.000	UNIDADE	<p>ÁLCOOL EM GEL - HIGIENIZANTE DA PELE - USO HOSPITALAR/ ASSISTÊNCIA À SAÚDE</p> <p>Pronto uso. ALCOOL GEL 70% (INPM) e glicerina, indicado na fricção antisséptica da pele sem necessidade de enxágue após sua utilização. Indicado para uso profissional na higienização da pele (mãos e braços).</p> <p>Rótulo impresso na própria embalagem. A embalagem do produto deve conter informações como a procedência, lote, data de fabricação, data de validade, composição e registro de Ministério da Saúde. Apresentar ficha técnica e boas práticas de fabricação junto com as amostras.</p> <p>Conteúdo: Embalagem de 1 litro.</p>
24	600	UNIDADE	<p>BORRIFADOR/PULVERIZADOR</p> <p>Capacidade: 500 ml</p> <p>Frasco spray borrifado/pulverizados de plástico para líquidos, capacidade 500 ml.</p> <p>Composição: polipropileno transparente.</p> <p>Apresenta tampa com regulagem do jato, que dosa a quantidade de líquido que será borrifado. Sua válvula é longa alcançando o fundo do frasco, sugando todo o conteúdo mesmo quando o produto estiver no fim.</p>
25	500	UNIDADE	<p>PÁ COLETORA – COLETA SELETIVA</p> <p>Material: Plástico</p> <p>Cores Variadas</p> <p>Cabo Longo com Alumínio – 80cm</p>
26	200	METRO	<p>MANGUEIRA</p> <p>Mangueira para jardim, flexível de 1/2</p> <p>Material: Camada dupla de PVC Siliconado</p> <p>Medidas Internas: 1/2 x 2,00 mm</p> <p>Cor: Verde</p>

27	2.500	UNIDADE	LIXEIRA 15L Cesto lixeira em plástico Polipropileno (PP) copolímero, sem tampa Superfície polida para facilitar a higienização Cor: Preto/Azul/branco Capacidade: 15 litros Medidas Altura: 29cm Diâmetro: 23,5cm Espessura: 2,5mm
28	1.500	UNIDADE	LIXEIRA COM TAMPA E PEDAL 35 L Cesto lixeira em plástico Polipropileno (PP) copolímero, com tampa e pedal Superfície polida para facilitar a higienização Cor: Preto/Azul/Branco Capacidade: 35 litros Medidas Altura: 54cm Comprimento: 40cm Largura: 35 cm  Imagem meramente ilustrativa

29	1.200	UNIDADE	<p>LIXEIRA COM TAMPA E PEDAL 100L, para refeitório, pátios e afins.</p> <p>Lixeira Plástica Quadrada com Pedal fabricada em plástico polipropileno injetado, com a tampa sendo acionada através de um pedal com capacidade de 100 litros, com 2 rodas que facilitam a locomoção do cesto.</p> <p>Informações Gerais</p> <p>Capacidade: 100 litros -- Cor: Branco/preto/azul Medidas: --</p> <p>Altura: 93cm -- Comprimento: 55cm -- Largura: 51cm</p> <p>Acompanha</p> <p>Aro plástico em polipropileno (PP) para fixação do saco de lixo.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>
30	1.500	PACOTE	<p>TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA pacote com 100 unidades - cobertura para cabelos, confeccionado em 100% polipropileno, atóxico, não estéril, permeável ao ar, garantindo o equilíbrio da sensação térmica durante o uso. Fabricado mediante costura ultrassônica. Tamanho único ajustável a qualquer tamanho de cabeça, unissex, cor branca, pacote com 100 unidades</p>
31	500	UNIDADE	<p>BOBINA PLÁSTICA 40cm x 30 cm - picotada, com sacos plásticos transparentes e atóxicos, com medida de 40cm x 30 cm. a bobina deverá ter aproximadamente 30 m.</p>

32	1.800	UNIDADE	<p>AMACIANTE DE ROUPAS 02 LITROS</p> <p>Princípio ativo cloreto de diestearil dietil amônio; composição básica quaternário de amônio; corante e outras substâncias químicas permitidas; teor de não voláteis concentrado:6,0% mínimo; teor de ativos catiônico concentrado:3,5% mínimo; composição aromática floral; acondicionamento em frasco plástico com 2 validade 3 anos; conforme legislação em vigor/ possuir registro/notificação da ANVISA</p>
33	800	PACOTE	<p>COPO DESCARTAVEL 200 ML PCT 100 UNIDADES</p> <p>poliestireno; com capacidade mínima para 200ml; acondicionado em embalagens; as embalagens não devem estar violadas e devem estar protegidas em caixa de papelão resistente; deverá constar impresso na embalagem a capacidade total do copo, quantidade; e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante; símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230; e capacidade do copo; os copos deverão estar em conformidade com NBR14865,NBR 13230 da ABNT. embalagens com 100 unidades.</p>
34	1.200	UNIDADE	<p>BALDE PLÁSTICO - com capacidade de 15 litros, alça em metal, altura 30 cm, composição polipropileno, na cor azul e vermelho.</p>
35	150	UNIDADE	<p>FILTRO COMPLETO PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL</p> <p>Filtro Para Bebedouro Industrial similar ao modelo Igatu 569 Até 120l/h. O modelo 569 é ideal para bebedouros com capacidade de até 100 litros, composto por carvão ativado em bloco impregnado com prata coloidal (atóxicos) e polipropileno (atóxico). O carvão ativado com prata ativada retém mais partículas suspensas, além de reduzir o cloro e eliminar odores e sabores.</p>
36	1.000	UNIDADE	<p>REFIL PARA FILTRO DE ÁGUA</p> <p>Refil para filtro de água similar ao modelo Igatu 569, usado para grande fluxo de água e projetado para ser instalado na entrada do bebedouro. Refil com carvão ativado econômico: 1 refil equivale a 125 galões de 20 litros. Recomenda-se a troca a cada 6 meses.</p>

4. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) **Comprovante** de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

4.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 O licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica de acordo com o objeto específico desta contratação.

4.3.2 O licitante deverá apresentar Autorização de Funcionamento (**AFE**) das empresas distribuidoras ou comércio atacadista que comercializam os produtos descritos no item 1,2,3,4,5,6,21 e 32 desse Termo de Referência, que se enquadram no rol de produtos **saneantes e produtos de higiene pessoal** definidos pela legislação específica da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme segue abaixo:

a) RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014: Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas tem como definições:

Seção II Definições “distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, **produtos de higiene pessoal**, perfumes e **saneantes**, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades;”

Seção III Abrangência: Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento,

importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, **produtos de higiene pessoal**, perfumes **saneantes** e envase ou enchimento de gases medicinais.

b) LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976: Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências tem como definições:

“**Saneantes** são substâncias ou preparações destinadas à desinfecção, higienização ou desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento de água e são classificados quanto à sua finalidade em: Limpeza em geral e afins, desinfecção, esterilização, sanitização, desodorização, além de desinfecção de água para o consumo humano, hortifrutícolas e piscinas, desinfestação e tira manchas

Produtos de Higiene Pessoal: Produtos para uso externo, antissépticos ou não, destinados ao asseio ou a desinfecção corporal, compreendendo os sabonetes, xampus, dentifrícios, enxaguatórios bucais, antiperspirantes, antitranspirantes, desodorantes, produtos para barbear, após barbear, e outros. (Art. 3º, Inciso III da Lei Fed. nº 6.360/76).

4.3.3 Nos casos elencados em legislação específica, o licitante poderá apresentar a dispensa de AFE.

4.3.4 As empresas deverão observar ainda o que dispõe:

- a) Portaria nº 15 de 23 de agosto de 1988 Secretaria de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde. Determina que o registro de produtos saneantes domissanitários com finalidade antimicrobiana seja procedido de acordo com as normas regulamentares.
- b) DECRETO Nº 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013: Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.
- c) Resolução nº 13 de 28/02/2007. Aprova Regulamento Técnico para Produtos de Limpeza e Afins, harmonizado no âmbito do Mercosul, e dá outras providências.
- d) Resolução nº 55 de 10/11/2009 / ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária Dispõe sobre Regulamento Técnico para Produtos Saneantes Categorizados como Água Sanitária e Alvejantes à Base de Hipoclorito de Sódio ou Hipoclorito de Cálcio e dá outras providências.
- e) ABNT NBR 13.393 - Referente à luva a base de borracha para uso geral – requisitos e métodos de ensaio
- f) ABNT NBR 9190/9191 - Referente a sacos plásticos para acondicionamento de lixo – classificação

g) Portaria nº 393 de 15 de maio de 1988 da Secretaria de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde. Estabelecer o "Método para Determinação da Biodegradabilidade de Tensoativos Aniônicos", com validade em todo Território Nacional

4.3.5 Os licitantes deverão apresentar Alvará Sanitário válido.

4.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.

Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios.

4.5 DECLARAÇÕES

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

5. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

5.1.1 Os fornecedores que forem declarados vencedores do certame, caso solicitado pelo pregoeiro, deverão enviar amostras dos produtos em 3 (três) dias úteis após a formalização da solicitação pela Secretaria de Educação. O envio das amostras poderá ocorrer por meio da apresentação de prospecto de especificação do produto ou catálogo contendo todas as informações necessárias, além das imagens, marcas e embalagem e completa descrição de todas as características do produto que será entregue. O prospecto deverá ser enviado por e-mail no endereço eletrônico: compras1@educacao.mariana.mg.gov.br ou pelos correios no endereço: Avenida João Ramos Filho, 298, Barro Preto, Mariana, dentro do prazo estabelecido para envio das amostras

5.1.2 Nos casos em que a Secretaria Municipal de Educação julgar necessário as amostras físicas dos produtos poderão ser solicitadas para avaliação e nesse caso deverão ser entregues no endereço Avenida João Ramos Filho, 298, Barro Preto – Mariana

5.1.3 As amostras serão analisadas dentro das especificações devendo atender as exigências do item 3. Caso o item não atenda a qualidade especificada será realizada análise do prospecto de especificação de amostras do segundo colocado, e assim sucessivamente no processo licitatório.

5.1.4 Depois de vencido o prazo de entrega das amostras não será permitido fazer ajustes ou modificações no prospecto/catálogo dos produtos apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante nesse Termo de Referência.

5.1.5 A análise das amostras será realizada por uma comissão formada pelos funcionários técnicos da Secretaria Municipal de Educação e representantes das escolas. As amostras e ou prospecto aprovados poderão ficar retidos no almoxarifado para as devidas comprovações até o momento da primeira entrega efetuada pelo fornecedor podendo ser retirada após a entrega.

6. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1 Os pedidos deverão ser entregues no Almoxarifado Central Rua Antônio Alves, nº5, Bairro São Cristóvão (saída para as mineradoras), no prazo de 20 dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento;

6.2 No ato da entrega o fornecedor deverá estar munido da nota fiscal e certidões exigidas pela prefeitura municipal;

6.3 É de obrigação e inteira responsabilidade do fornecedor disponibilizar pessoal para a carga e descarga dos produtos

7. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Após a conclusão da entrega, se for constatado que o(s) produto(s) entregue(s) não atendem aos padrões de qualidade estipulados no item 3, a parte contratada receberá uma notificação para efetuar a substituição dentro de um prazo máximo de 48 horas.

8. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

8.1 A(s) empresa(s) contratada(s) obriga(m)-se a entregar os produtos referentes aos itens em que foi vencedora deste Pregão no prazo estabelecido e de acordo com as características, especificações e condições constantes no Edital.

8.2 Atender às solicitações da Secretaria, que porventura ocorram, quanto à substituição, troca ou reposição de produtos entregues em desacordo com as especificações pactuadas.

8.3 Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos produtos desta licitação e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante;

8.4 Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos produtos até os locais indicados pela Contratante;

- 8.5 Assegurar à Secretaria o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os produtos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no Edital, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Contrato;
- 8.6 Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de quaisquer produtos recusados pela Secretaria, nos termos do Edital;
- 8.7 Manter todas as condições exigidas na fase de habilitação para a licitação;
- 8.9 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante;
- 8.10 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega dos produtos;
- 8.11 Comunicar a Secretaria, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 8.12 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;
- 8.13 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento dos produtos, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 8.14 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão;
- 8.15 A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Mariana, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Secretaria;
- 8.16 São vedadas a subcontratação de outra empresa para a entrega dos produtos deste processo.

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

- 9.1 Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;
- 9.2 Após a entrega dos produtos, verificar se o mesmo se encontra de maneira adequada ao disposto neste Termo de Referência;
- 9.3 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;
- 9.4 Emitir Solicitação de Fornecimento ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado, e comunicar à empresa por meio de telefone, fax ou e-mail da emissão da mesma;
- 9.5 Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
- 9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 9.7 Controlar e documentar as ocorrências que porventura existirem no decorrer da entrega dos produtos.
- 9.8 Notificar a empresa fornecedora, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos produtos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

9.9 O CONTRATANTE não responderá por qualquer incidente, que envolva danos morais ou materiais, ocorrido em razão da entrega dos produtos, seja pelos profissionais em seja em razão de terceiros, cabendo a CONTRATADA tal responsabilidade, se for o caso.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento do objeto desta licitação será efetuado em até 30 dias após o envio da nota fiscal, das CND (referentes à Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS) exigidas pela contabilidade municipal e dos recibos de comprovação das entregas nas escolas devidamente assinados;

10.2 No texto da Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes referências: Nome do Banco, número e nome da Agência, e número da conta corrente da contratada;

10.3 Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

10.4 Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautoriza a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado;

10.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09.001.12.122.18.2087.33.90.30 Fonte: 1500.000.1001 Ficha: 286 (Atividades da Semed)

09. 001.12.122.18.2645.33.90.30 Fonte: 1500.000.1001 Ficha: 338 (Creche)

09. 001.12.122.18.2500.33.90.30 Fonte: 1500.000.1001 Ficha: 865 (Pré escola)

09. 001.12.122.18.2642.33.90.30 Fonte: 1500.000.1001 Ficha: 314 (Ensino fundamental)

10.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

Não se aplica a essa contratação.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1 O Município de MARIANA exercerá a fiscalização, através do servidor designado, Fabricio Henrique Faria, Coordenador de compras, matrícula de número 31949. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas nesse Termo de Referência.

11.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

13. GARANTIA CONTRATUAL

Em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não será exigida garantia contratual para esta contratação, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens de consumo comuns, com risco técnico

reduzido e valor unitário relativamente baixo. A exigência de garantia, neste caso, não se justifica tecnicamente e poderia onerar a contratação e restringir a competitividade.

14. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

14.1 Os preços propostos neste procedimento de compra poderão ser reajustados desde que não sejam com periodicidade inferior a 01 (um) ano, conforme disposições contidas na Lei nº 10.192/2001;

14.2 O prazo mínimo de 01 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante no instrumento convocatório;

14.3 O primeiro reajuste será concedido mediante a aplicação do Índice do IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento de inflação no Brasil, apurado com base na variação de seu percentual no período compreendido entre a data limite para apresentação das propostas constante no edital e o mês em que for completado o prazo de 01 (um) ano indicado na subcláusula anterior;

14.4 Os reajustes subsequentes necessários serão realizados no prazo de 01 (um) ano a contar da última concessão mediante aplicação do Índice IPCA apurado com base na variação do seu percentual nos 12 (doze) meses anteriores;

14.5 Para a concessão dos reajustes, a CONTRATADA deverá protocolizar requerimento escrito perante a Controladoria Interna do Município de Mariana, no prazo máximo de 10 (dez) dias após ser completada a anualidade, para que se proceda a devida análise do pleito;

14.6 Caso a CONTRATADA deixe de apresentar o requerimento no prazo e forma acima indicados, restará caracterizada a sua renúncia ao reajuste pretendido e a decadência de seu direito, relativamente ao respectivo período aquisitivo.

15. SANÇÕES

15.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

15.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

15.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

15.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4º da Lei nº 14.133/21;

15.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

15.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

16. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATOS

16.1. Os responsáveis pela gestão e fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal e obedecerão às seguintes rotinas adicionais:

- a) Orientar a CONTRATADA acerca da correta entrega dos materiais, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Dar ciência à CONTRATADA sobre as normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, locais e horários de recebimento, bem como demais condições exigidas pela Secretaria Municipal de Educação;
- c) Manter atualizados os registros relativos às entregas efetuadas, com indicação dos quantitativos recebidos, prazos e eventuais ocorrências;
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, registrando falhas detectadas e comunicando formalmente à CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas corretivas;
- e) Rejeitar, caso estejam inadequados, em desacordo com as especificações ou apresentem irregularidades, os materiais fornecidos pela CONTRATADA;
- f) Notificar a CONTRATADA para reparar, substituir ou recolher, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações;
- g) Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas em caso de persistência da irregularidade;
- h) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, dentro de suas competências;
- i) Analisar e decidir, após comunicação formal da CONTRATADA, sobre eventuais inconsistências em relação às normas técnicas e legislação vigente aplicáveis aos produtos fornecidos;
- j) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura e a conformidade do fornecimento com as condições, preços e prazos estabelecidos neste contrato;
- k) Receber provisoriamente os materiais no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da solicitação da CONTRATADA, procedendo ao recebimento definitivo após a verificação da conformidade;
- l) Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, normas aplicáveis ao contrato e sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

17. VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Fica vedada a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que sejam sua forma de conglomeração, pois o objeto não é de grande vulto ou complexo que justifique tal possibilidade.

A decisão pela vedação à participação se dá por uma avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender as exigências previstas no edital e ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando o atendimento do interesse público.

18. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

Em conformidade com o Art. 6º do Decreto municipal 11.833/24 que possibilita a utilização de outros órgãos da administração pública direta e indireta, conforme previsão do art. 27 da normativa municipal e do § 1º e § 2º do Art. 86 da Lei 14.133/21, no que tange ao procedimento público de intenção de registro de preços (IRP) durante a fase preparatória do processo licitatório, a Secretaria Municipal de Educação de Mariana optou por não divulgar a presente IRP. Essa decisão foi motivada pela ausência de uma estrutura administrativa satisfatória para o gerenciamento das atas de registro de preços, além da necessidade de realizar e concluir o procedimento licitatório de maneira célere. A divulgação da IRP poderia atrasar o processo, pois seria publicado pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, permitiria a participação de outros órgãos da administração pública, tornando a Secretaria o órgão gerenciador e, conseqüentemente, aumentando a complexidade administrativa. Além disso, a não publicação é justificada pela urgência em atender as unidades de ensino, que demandam atenção imediata e eficaz.

19. MATRIZ DE RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO POTENCIAL	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Planejamento deficiente	Baixa	Alto	Prejuízo no atendimento das demandas dos serviços para SEMED e dos alunos	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades de cada órgão	Subsecretaria Gestão Operacional
Elaboração Termo de Referência Equivocado	Baixa	Alto	Utilização por parte da contratada, de serviços de baixa qualidade.	Elaborar adequadamente o TR em conformidade às características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente.	Gerente de Compras
Indisponibilidade Financeira	Baixa	Médio	Não contratação do objeto licitado	Planejamento financeiro da contratação	Gerente do Departamento do Tesouraria e Contabilidade da Educação
Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o contrato	Baixa	Alto	Prejuízo ao atendimento das necessidades das unidades escolares	Avaliação da Capacidade Técnica Operacional da empresa	Gerente de Compras
Atraso na contratação	Baixa	Médio	Contratação de empresa não qualificada	a forma de execução dos serviços e cumprimento das exigências do termo de referência. Aplicar as penalidades previstas em contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas.	Fiscal designado
Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à contratada	Baixa	Alto	Fornecedor se recusa a realizar entrega do produto	Planejamento financeiro	Gerente do Departamento do Tesouraria e Contabilidade da Educação
Execução do objeto em desacordo com o acordado	Média	Alto	Prejuízo ao erário	Elaboração do termo de referência e especificações técnicas adequadas, fiscalização de contrato eficiente e fiscalização da entrega do objeto.	Subsecretaria Gestão de Operacional Fiscal Designado

19. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação de empresa para aquisição de material de limpeza e higiene para efetuar controle higiênico-sanitário e materiais de uso descartáveis nas cozinhas das unidades escolares e prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Mariana, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 28 de outubro de 2025

Vanessa Aparecida Ferreira Lopes
Gerente de Compras da Educação
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Fabício Nepomuceno Bicalho Santos
Secretário Municipal de Educação